

MOVIMENTOS SOCIAIS



Esta seção trata de um plano emergencial para o Brasil, lançado por movimentos sociais organizados na Frente Brasil Popular. O aprofundamento da crise política brasileira, trazido pela falência da narrativa que norteou a retirada antidemocrática da presidenta Dilma do governo, abriu o cenário para o aumento da resistência dos movimentos populares organizados e o lançamento do Plano Popular de Emergência.

PLANO POPULAR DE EMERGÊNCIA

Na época do ajuste fiscal proposto por Joaquim Levy, a Fundação Perseu Abramo, a Plataforma Social, o Brasil Debate, entre outras entidades, promoveram propostas para embasar políticas alternativas de retomada do desenvolvimento do país com democracia e justiça social. Quase dois anos depois, vemos a organização de movimentos sociais em torno de uma plataforma única para o Brasil, uma iniciativa de muita importância para a atual conjuntura.

A Frente Brasil Popular reúne dezenas de entidades de representação das mais variadas lutas. Entre elas, podemos destacar movimentos de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, negros e negras, população LGBT, movimento feminista, juventude, militantes pela democratização da mídia, quilombolas e movimentos culturais.

A aliança foi criada em 2015, já no contexto do avanço do golpe de Estado à época em andamento no Brasil. Possui, em linhas gerais, os objetivos de defender a classe trabalhadora, o aprofundamento da democra-

cia, a promoção de reformas estruturais e a defesa da soberania nacional.

Em meio à grave crise política que vive o Brasil, a Frente Brasil Popular decidiu articular um plano nacional que orienta um projeto para o país, cujas premissas são o imediato reestabelecimento da democracia por meio da retirada de Temer, o ilegítimo, do poder, a antecipação das eleições presidenciais para 2017 e uma “ampla e persistente disputa política capaz de criar uma correlação de forças favorável à oportuna convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, destinada a refundar o Estado de direito e estabelecer reformas estruturais democráticas”.

Com 76 pontos divididos em dez grandes tópicos, o Plano Popular de Emergência consolida uma visão de Estado voltada à redução de desigualdades, com desenvolvimento e crescimento econômico, para a implementação de “um modelo social baseado no bem-estar e na democracia”.

Trata-se da primeira iniciativa articulada dos movimentos sociais pela reconstrução de um projeto nacional. Para a Frente, a retomada democrática do Brasil deve basear-se também em uma conjunção de elementos que contemplam o retorno de iniciativas aplicadas pelos governos Lula e Dilma, mas também o aprofundamento de processos de redução de desigualdades que apontam para iniciativas de reformas estruturais, como a reforma agrária e a reforma tributária.

A reversão do golpe de 2016

Um primeiro aspecto a ser destacado no plano trata da imediata reversão das medidas adotadas pelo poder ilegítimo vigente no Brasil desde 2016. Com a premissa da antecipação das eleições presidenciais para 2017, o documento trata do cancelamento da Emenda Constitucional 95/2016, que sufoca a capacidade de investimento do Estado, do retorno da operação exclusiva da Petrobras no pré-sal e da revogação da lei de terceirização.

O plano também prevê a retomada de políticas públicas democraticamente ratificadas pela população brasileira nas quatro últimas eleições presidenciais, como o Minha Casa Minha Vida, a Política Nacional de Defesa, o Programa de Aquisição de Alimentos, a recriação dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, de Direitos Humanos, Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial. E aponta ainda para a adoção de medidas de democratização do Estado, em demonstração de que a reversão do golpe só será efetiva por meio da adoção de medidas protetivas à vontade popular.

Nesse aspecto, a Frente Brasil Popular defende uma série de questões relevantes, como o voto em lista fechada (com alternância entre homens e mulheres, cotas raciais e geracionais), o financiamento público exclusivo de campanhas, a adoção de referendos revogatórios de processos de impeachment, a democratização da mídia e do Poder judiciário, apontando inclusive para a aprovação da lei contra o abuso de autoridade e o estabelecimento de mandatos para ministros das cortes superiores.

Nessa série de medidas, entende-se que a tentativa é ampliar a imunidade institucional a golpes parlamentares, jurídicos e midiáticos como o de 2016. Chama

atenção a franqueza com que a Frente tratou o tema, de forma a aprofundar a maturidade democrática brasileira e indicar maior soberania popular.

Desenvolvimento e trabalho

Os principais aspectos de política econômica e combate ao neoliberalismo estão contidos no tópico “Política de desenvolvimento, emprego e renda”, que parte de uma essencial concepção de que a política econômica deva ser orientada ao desenvolvimento e geração de alternativas produtivas, especialmente na centralidade do trabalho.

De acordo com o documento, a volta da democracia só é possível se for orientada por uma concepção de Estado que dê efetiva centralidade ao trabalho e ao desenvolvimento social. Para isso, indica medidas emergenciais corajosas, como a elevação dos investimentos a 25% do PIB e a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento e Emprego com o uso parcial de reservas internacionais na casa de 100 bilhões de reais anuais. Esse é possivelmente o ponto de maior distância das demandas populares ao interesse do grande capital que hoje orienta a política econômica brasileira.

Em outro tópico (“Direitos sociais e trabalhistas”), essa concepção é reforçada nos itens da redução da jornada de trabalho para quarenta horas semanais, garantia de isonomia salarial entre homens e mulheres, extensão da licença paternidade, proibição da dispensa imotivada, combate às práticas antissindicais e fortalecimento da negociação coletiva, tendo como patamar mínimo a legislação trabalhista vigente antes do golpe.

Outras iniciativas previstas são a auditoria e redução da dívida interna, lei antitruste do sistema financeiro, reversão das privatizações, fortalecimento da indústria nacional, estímulo aos pequenos empreendimentos, implantação do imposto sobre grandes fortunas, revisão da tabela do imposto de renda, tributação de juros sobre capital próprio, lucros e dividendos, entre outros.

Interseccionalidade e transversalidade

Apesar de estar apresentado em tópicos, o plano também demonstra um esforço interseccional e transversal nas ideias de reconstrução do Brasil. Estão

em perfeita sintonia elementos como o direito à terra no campo e na cidade, eliminação das desigualdades entre homens e mulheres, direito à cultura, combate ao racismo, à homofobia e à transfobia, ao machismo, defesa do meio ambiente e da segurança alimentar e nutricional.

A estratégia política capaz de reverter o jogo demo-

crático brasileiro não pode se desligar de uma elementar dedicação à garantia de direitos a todos os grupos historicamente excluídos, à redução de desigualdades sob o viés da extinção dos preconceitos e das intolerâncias, do reacionarismo e do conservadorismo ainda presentes na sociedade.